ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL (CIR) SUDESTE EM 2021, realizada no dia 30 do mês de setembro de dois mil e vinte e um, na modalidade online (remota), pelo aplicativo zoom, em razão da pandemia da Covid 19, conforme Resolução CIB-TO 142 de 20 de agosto de 2020. A reunião teve início às 14 horas e 29 minutos e término às 15 horas e 46 minutos. Na oportunidade estiveram presentes - Representantes Municipais: 1 - Almas: Não compareceu; **2 – Arraias:** Cleber Flávio de Paula Teixeira- Sec. municipal de saúde; **3 - Aurora do Tocantins:** Não compareceu; **4 – Combinado**: Deuselia Palmeira do Prado Oliveira- Sec. Municipal de Saúde; **5 - Conceição do Tocantins:** Luana Souza Rodrigues- Sec. Municipal de Saúde; Pamera Teles Schmitt – Suplente; **6 – Dianópolis:** Warley Coelho Cirqueira – Suplente; **7 – Lavandeira:** Fabio Ferreira de Oliveira - Sec. Municipal de Saúde; **8 - Novo Alegre:** Não compareceu; **9 - Novo Jardim**: Não compareceu; **10 – Paranã:** Jhonatan Teixeira Martins – Suplente; **11 - Ponte Alta do Bom Jesus:** Camila Aires de Oliveira Sardinha- Sec. municipal de saúde; **12 - Porto Alegre do Tocantins**: Alline Araújo de Souza – Suplente; **13 - Rio da Conceição:** Não compareceu; **14 – Taguatinga:** Leandro de Amorim Lopes Castro; **5- Taipas do Tocantins:** Manoel Rodrigues Pereira Sec. Municipal de Saúde; Karina Dias Gonçalves – Suplente; **Representantes Estaduais Lotados na sede e anexos:** Ramon Edler Martins de Carvalho – SGAE; Lílian Moreira Santos - SGAE, Gerciana de Souza Ribeiro Barbosa – SGAE; Marilene Coutinho Borges - SGAE, Maria Alzira do Nascimento Saraiva Leal – SGAE; Sirlene Borges Damasceno - LACEN, Maria Nadir da Conceição Santos – SGAE; Isabel Cristina Brito e Silva Ries-SPAS, **Lotado no Hospital Regional de Arraias:** Ausente. **Lotado no Hospital Regional de Dianópolis :** Yaporan da Fonseca Milhomem – Diretor Geral. **Técnicos da SES**: Marluce Vasconcelos Calazans Pilger (DAE/SPAS); Giovanna Neves Mourão Lira -SGAE, **Parceiros:** Divana Lopes Bezerra Bandeira – Assistente Administrativa COSEMS. **Conselho de Saúde:** Não compareceu. **DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO. INICIAL:1. Acolhida aos participantes,** Maria Nadir, representante SES, fez a abertura da 5° reunião ordinária da CIR Sudeste 2021. Desejou boas vindas a todos os presentes e também que tenham uma reunião abençoada, agradeceu aqueles que entraram no

horário marcado e solicita que na próxima, aqueles que se atrasaram, sejam pontuais, a fim do bom andamento das discussões dos pontos de pauta **2. Leitura da Pauta.** Maria Nadir procedeu à leitura da Pauta em conjunto com os presentes e na sequencia a mesma foi aprovada com a inserção de alguns informes. **COMUNICADOS DA COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DAS CIRs: 3. Todos os participantes desta reunião devem: 3.1. PREENCHER o Formulário de Frequência, por meio do link disponível no chat (bate papo). 3.2. ESCREVER no chat (bate papo), após começar a gravar a reunião. 3.2.1. MUNICIPAIS- (1) Nome do Município, (2) Nome do participante, (3) Cargo que ocupa; e, (4) se é Secretário ou Suplente na CIR; 3.2.2. ESTADUAL – (1) Nome do participante, (2) lotação, (3) cargo e se é Representante SES na CIR em portaria ou se é técnico e 3.2.3. PARCEIROS – (1) nome do participante, (2) instituição que representa e (3) cargo. APROVAR: 4. Aprovar representantes CIR dos dois níveis de gestão para assinar a documentação produzida nesta reunião, segundo a RESOLUÇÃO – CIB/TO Nº. 142, de 20 de agosto de 2020, que. Dispõe sobre o Funcionamento das Comissões Intergestores Regionais (CIR) no Estado do Tocantins, no Período da pandemia, sendo: 4.1. 03 (três) representantes/secretários municipais de saúde:** Os secretários municipais de saúde que se disponibilizaram a assinar os documentos produzidos nesta reunião foram: 1- Deuselia Palmeira do Prado Oliveira Sec. Municipal de saúde de Combinado, 2 Fabio Ferreira de Oliveira, - Sec. Municipal de saúde de Lavandeira 3- Camila Aires de Oliveira Sardinha - Sec. Municipal de saúde de Ponte Alta do Bom Jesus, **e; 4.2. 03 (três) representantes (em portaria) da secretaria estadual de saúde:** Os representantes SES que se comprometeram a assinar os documentos produzidos nesta reunião foram: 1- Marilene Coutinho Borges - Representante SES/SGAE, 2- Maria Alzira do Nascimento Saraiva Leal - Representante SES/SGAE e 3- Gerciana de Souza Ribeiro Barbosa - Representante SES/SGAE**. ATUALIZAÇÃO DE POLÍTICAS 5. Status do Sistema DigiSUS referente a Pactuação Interfederativa: 5.1 Sensibilizar os municípios que ainda não alimentaram o DIGISUS; 5.2 Apresentar as inconsistências na alimentação; 5.3 Sensibilizar os municípios quanto à importância de concluir o processo de alimentação do sistema.** Maria Alzira, técnica da SGAE, iniciou a

sua apresentação fazendo um resgate trazendo à memória dos gestores (as) que este fluxo foi apresentado na CIR de maio com o objetivo de alertar aos gestores quanto à alimentação do sistema DigiSUS e suas inconsistências, e que o mesmo foi atualizado no mês de setembro na semana anterior à CIR porém muitas inconsistências continuam persistindo. A apresentação traz como relato o fluxo municipal de pactuação interfederativa de indicadores que é regido pela Resolução CIT de nº08/2016, e dispõe sobre o processo de pactuação interfederativa de indicadores para o período 2017-2021, relacionados a prioridades nacionais em saúde. A mesma esclareceu que quando foi elaborada esta Resolução possuía o rol de 23 indicadores, porém em 2019 o Ministério publicou uma Resolução onde excluiu o indicador de nº20, ficando apenas um rol de 22 indicadores. Esclareceu que as áreas técnicas estaduais responsáveis por cada indicador fazem uma sugestão de meta, onde esta sugestão é consolidada e encaminhada para os municípios, e assim, os municípios definem as metas de acordo com a série histórica e as sugestões feitas pelo Estado. Posteriormente os municípios retornam a planilha de pactuação para a área técnica do Estado responsável pela pactuação com as metas já definidas, e novamente as planilhas são encaminhadas para as áreas técnicas responsáveis por cada indicador, para que elas possam realizar os cálculos e consequentemente seja realizada também a pactuação regional. Continuando a sua fala, a mesma relata que após a pactuação na CIR, essas metas são submetidas aos conselhos municipais de saúde, onde o mesmo insere no sistema Digisus a Resolução que vai ser gerada de acordo com a aprovação na reunião do Conselho. Sendo que o município insere as metas no sistema Digisus, valida e envia para o Conselho Municipal de Saúde, e SES por sua vez, monitora até a homologação. A mesma esclareceu que no sistema Digisus existem o perfil gestor, técnico e conselho e que alguns municípios não conseguem enviar para o Estado as suas pactuações, pois é necessário que o perfil utilizado seja **do gestor**, uma vez que o perfil técnico consegue realizar a alimentação no sistema, mas não o seu envio. A mesma explicou que após a alimentação das metas o município envia as informações para o CMS e não para o Estado, sendo ideal que a gestão municipal faça o monitoramento em relação ao andamento do processo de envio da pactuação até que o status esteja homologado no sistema e que posteriormente

a isto, é que a SES poderá realizar a conferência e a homologação, caso esteja todas as metas corretas. Informou também, que caso a digitação das metas não esteja correta, ou a Resolução não esteja inserida, o Estado devolve para o município fazer as correções, sendo que esta devolução não vai direto para a gestão do município, passando novamente pelo Conselho Municipal de Saúde, que devolve para o município. A mesma esclareceu que o envio via sistema das metas não substitui o processo de discussão presencial, sendo necessária solicitar a inclusão deste tema em reunião específica com o CMS para a discussão das metas e emissão de parecer. Quanto à legislação do Digisus, a mesma explicou sobre a Portaria nº750, de 29 de abril de 2019, onde relata a obrigatoriedade do uso do sistema pelos Estados, municípios e Distrito Federal quanto ao registro de informações e documentos, as metas da pactuação interfederativa de indicadores e envio ao Conselho de Saúde. Logo após Maria Alzira apresentou o status de alimentação da pactuação Interfederativa da região Sudeste de 2018 a 2021, onde em 2018 os municípios com pendências são: Arraias, Aurora do Tocantins, Combinado, Novo Alegre, Novo Jardim, Paranã, Ponte Alta do Bom Jesus e Taguatinga. Em 2019 municípios pendentes são: Arraias, Combinado, Conceição do Tocantins, Lavandeira, Paranã e Taguatinga. No ano de 2020 são: Arraias, Combinado, Conceição do Tocantins, Paranã, Ponte Alta do Bom Jesus e Taguatinga e no ano de 2021: Arraias, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Lavandeira, Paranã, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, e Taguatinga, Maria Alzira complementa falando a respeito do monitoramento da inclusão dos dados, para os gestores se atentarem para inserir estas metas e alimentar o plano até concluir o processo, que não se encerra apenas com a inserção dos dados municipais. O processo só encerra quando é homologado pelo Estado após a conferência dos dados pelos técnicos da SES. A pactuação é do município e mesmo que ela passe por diversas etapas em outras esferas, cabe ao município fazer o monitoramento e cobrança em caso de ausência de informações ou devidas correções. Maria Alzira também informa sobre a planilha de gestores novos. Após a fala, Maria Alzira continua a leitura dos dados de alimentação da pactuação dos municípios fazendo as considerações finais e explicando que o papel de anexar as resoluções é do Conselho Municipal de saúde e muitas vezes

há muitos documentos errados incluindo documentos até de outros municípios, então pede para os municípios se atentarem ao processo de inserir no sistema os documentos corretos. Logo após encerra a apresentação e se coloca à disposição através do telefone 3218-1025 e email sispacto.to@gmail.com. **6. Apresentar a Nota Técnica nº 01/2021 – SES/SPAS/DAE/GRAPS que dispõe sobre Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental – AMENT.** A técnica Marluce, psicóloga da Gerência Atenção Psicossocial lotada na SPAS, vem por meio desta apresentação, falar sobre a Nota Técnica N° 01/2021-SES/SPAS/DAE/GRAPS, que dispõe sobre a Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental – AMENT. Inicia falando sobre um novo ponto de atenção á saúde, dentro do componente de Atenção Psicossocial constituindo-se como estratégia para atenção integral à pessoa com transtornos mentais moderados. Tem por objetivo prestar atenção multiprofissional em saúde mental, respondendo à necessidade de atendimento especializado identificado pela Atenção Básica (AB), integrando-se aos demais serviços das redes de atenção à saúde, assim, a assistência será organizada a partir da AB, que fará a estratificação de risco para determinar casos a serem referenciados. Marluce explicou sobre as competências do ponto de atenção da AMENT, dentre elas estão: ampliar a oferta e o acesso à assistência em Saúde Mental para pessoas de todas as faixas etárias com transtornos mentais; estabelecer articulação com demais serviços do SUS; constituir preferencialmente referência regional para a assistência ambulatorial especializada em saúde mental, etc. Sobre a composição, deverão ter um caráter multiprofissional mínimo, definido da seguinte forma: Equipe tipo 1: 01 médico espec. em psiquiatria ou com experiência em psiquiatria (10 h/sem), 01 psicólogo (30 h/sem) 01 assistente social (30 h/sem), custeio: R$ 12.000,00 (doze mil reais) mensais. Equipe tipo 2: 01 médico espec. em psiquiatria (20 h/sem), 02 psicólogos (60 h/sem), 01 assistente social (30 h/sem), custeio: R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) mensais. Equipe tipo 3: 01 médico espec. em psiquiatria (30 h/sem), 02 psicólogos (60 h/sem), 01 assistente social (30 h/sem), 01 profissional nível superior (30 h/sem), custeio: R$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais. Em seguida, a mesma informou sobre o cadastramento no CNES e os códigos referentes a cada tipo de equipe. Foi explicado ainda passo a passo sobre

o fluxo de habilitação e ressaltou que Atenção Básica deve realizar a avaliação e a classificação das necessidades clínicas para determinar casos a serem referenciados para a AMENT, devem ser levados em conta os perfis biopsicossociais do usuário, considerando seu histórico de saúde e clínico, bem como suas vulnerabilidades, redes de apoio e suporte familiar e social. Quanto à referência e contra referência, falou sobre a importância dos serviços estabelecerem os critérios e fluxos de referenciamento, assim, cabe à AB acompanhar todos os casos, responsabilizando-se de forma mais independente pelos transtornos mentais leves, de baixo risco, embora considerando que qualquer caso deverá ser acolhido, independentemente da gravidade, tomadas as devidas ações para o encaminhamento em situações de urgência ou emergência. A expositora destacou que as equipes de AMENT não se enquadram na modalidade porta-aberta e sugere que a definição da complexidade dos casos deve ser discutida nas atividades de matriciamento. Por fim, recomenda-se recorrer aos encaminhamentos para os CAPS apenas em casos mais graves, quando as possibilidades de intervenção conjunta da AB ou das equipes AMENT não forem suficientes. Na oportunidade Marluce pede para dar um informe dizendo que a Secretaria de Estado da Saúde por meio das Diretorias de Atenção Primária e Atenção Especializada estão no processo de elaboração do Plano de Enfrentamento à Violência Autoprovocada do Estado do Tocantins. O link com questionário foi enviado aos coordenadores da Atenção Básica no e-mail e nos grupos institucionais do whatsapp. Marluce conta com todos os gestores para mobilizarem as coordenações neste processo. O questionário deve ser respondido uma única vez, preferencialmente pela coordenação da Atenção Básica que, se necessário, pode buscar informações com a equipe da SMS. O prazo se encerra em 08 de outubro de 2021. Contatos: Viviane – 98512-9767. **7. Fórum Sexualidade em Saúde: 7.1. Apresentar o resultado da realização do I e II Fóruns Sexualidade em Saúde realizados em 2019 e 2020 respectivamente; 7.2. Apresentar a programação do III Fórum Sexualidade em Saúde do ano de 2021.** A psicóloga Cristina Silvana da Silva Vasconcelos, iniciou sua fala registrando a importância dos Fóruns anteriores como o I Fórum Sexualidade em Saúde e o II Fórum Sexualidade em Saúde realizados em 2019 e 2020

respectivamente. Aproveitou a oportunidade para mostrar a importância dos mesmos e apresentar à região de saúde a programação do III Fórum Sexualidade em Saúde do ano de 2021, fazendo um convite. Cristina fez um resgate da história do II Fórum de Sexualidade em Saúde surgiu como resposta aos anseios dos profissionais de saúde, que participaram do I Fórum, para vivências na abordagem da sexualidade com os seus clientes/pacientes. Por conta da pandemia, a organização do Fórum optou por realizar uma versão online, ampliando o acesso à todo o país, e em dias e horários mais flexíveis. O II Fórum de Sexualidade em Saúde foi uma realização das profissionais Carolina Freitas do Carmo Rodrigues, Cristina Silvana da Silva Vasconcelos e Ana Paula Barbosa de Brito em parceria com: Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas (FESP); Faculdade ITPAC-Palmas/TO, por meio da Liga Acadêmica sobre Sexualidade identidade de Gênero; Universidade Federal do Tocantins (UFT), por meio do Projeto Sexualidade onde o ente Responsável foi a Secretaria Municipal de Saúde de Palmas-Palmas/TO. Em continuidade Cristina explana sobre o objetivo central do II Fórum que é compartilhar práticas em contextos que os profissionais atuam, como o profissional, a escola, o meio social e o familiar, por meio da abordagem da sexualidade e nesses diferentes contextos; discussão da realidade da prática profissional e do serviço de saúde à qual o profissional este já atuando, frente ao perfil epidemiológico e as informações sobre sexualidade expostas em rodas de conversa; e a exposição e discussão de pesquisas científicas realizadas no âmbito da sexualidade. Assim como no I Fórum, esta edição também contará com apresentação de trabalhos científicos. O III Fórum de Sexualidade em Saúde terá seu foco na discussão da diversidade sexual na saúde, tanto no âmbito das políticas, quanto dos profissionais e dos clientes por meio de três grandes temáticas: o Acolhimento, a Clínica e a Educação. A metodologia será focada exposição teórica e em estudos de caso em pequenos grupos baseados no método clínico centrado na pessoa (MCCP) guiados por profissionais e pesquisadores com expertise em cada temática. O MCCP sugere que o paciente seja protagonista de sua própria saúde e o posiciona como foco do atendimento e participante ativo no estabelecimento de prioridades e na tomada de decisões para o cuidado. O III Fórum de Sexualidade em Saúde seguirá com a organização através das

profissionais Carolina Freitas do Carmo Rodrigues, Cristina Silvana da Silva Vasconcelos e Ana Paula Barbosa de Brito em parceria com: Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins; Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Grupos de Estudos em Sexualidade e Gênero. O objetivo final do III Fórum será a organização de propostas para melhoria na temática chave do evento nos serviços. **A programação do III Fórum online será 2 vezes por (semana) no Horário: 19h às 22h pela Plataforma do evento *zoom* com transmissão ao vivo da parte teórica no *YouTube*; As discussões em salas serão gravadas e posteriormente publicadas no *YouTube***; Cristina reforça que assim como nas outras edições, temos o interesse de permanecer com apresentação de trabalhos científicos e o direcionamento para profissionais e graduandos da área da saúde e de áreas afins à sexualidade. Nestes Fóruns serão trabalhados: Acolhimento; Clínica; Educação. A Psicóloga explica também que haverá apresentação dos melhores trabalhos científicos. **A Programação para III Fórum online: 1°Dia- 01/12/2021** -Território, direito à saúde e acolhimento- 18-19h Mesa de Abertura - 19-20h -Mesa Redonda: A construção da demanda social, o direito à saúde e o acolhimento à diversidade sexual. Reforça que entre 20-22h haverão Salas Temáticas: 1. Diversidades sexuais e seus determinantes sociais; 2. Território, direito à saúde e acolhimento; 3. Trabalho, subjetividade e afeto: a produção de saúde e a construção de vínculos; 4. Direitos sociais, sexuais e reprodutivos; 5. Religião, produção de saúde e diversidade sexual; **2° Dia - 02/12/2021** Clínica Ampliada e construção social da sexualidade; 19-20h Mesa Redonda: Clínica ampliada, o método centrado na pessoa e construção social da sexualidade; 20-22h Salas Temáticas: 1. Raça, gênero e classe no contexto da saúde; 2. Patologização das identidades sexuais: indo além do diagnóstico biológico; 3. Saúde Mental e Diversidade Sexual; 4. Corporeidade, mídias sociais e as relações virtuais. **3° Dia- 08/12/2021** A pluralidade da educação na produção de saúde e da construção relações sociais; 19-20h Mesa Redonda: A pluralidade da educação na produção de saúde e na construção das relações sociais; 20-22h - Salas temáticas: 1. Infância e Sexualidade: a importância e os desafios do diálogo entre a família e as equipes de saúde; 2. A essencialidade da discussão da sexualidade na formação dos profissionais de saúde; 3. Educação acadêmica afirmativa, acesso e

empregabilidade; 4. Educação Popular e Movimentos Sociais: adversidade sexual no território; 5. A Educação Permanente voltada para a diversidade sexual como política de trabalho e de saúde. **No 4º dia 09/12/2021** acontecerá a apresentação de trabalhos científicos que foram submetidos a apreciação e avaliação. Cristina agradeceu atenção de todos, em seguida deixa os contatos para esclarecimento e dúvidas: @forumdesexualidade@gmail.com e wattsapp: (63) 9-9967-3805. **PARCEIROS:** Marilene solicitou a fala a pedido do Presidente do Conselho Estadual de Saúde, que não estava presente, para informar a realização de 02 eventos: **Dia 07/10/2021 Plenária Estadual de Saúde da Mulher – No dias 08 e 09/10/2021 ás 19h Seminário Nacional**, sendo que o da Região Norte terão apenas 28 vagas e o link dos eventos serão disponibilizados mais próximo. Marilene disponibiliza na sala de bate papo os telefones do Conselho Estadual de Saúde - 3218-3656 ou 1742 para tirar eventuais dúvidas. **ENCERRAMENTO: 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS: 8.1_Palavra do Escritório do COSEMS TO** - Divana agradeceu a presença de todos e colocou o COSEMS a disposição dos municípios e estado **e 8.2_Palavra da Secretaria Estadual de Saúde - –** Na oportunidade, Cirilúcia, comunicou a todos sobre sua aposentadoria e agradeceu por esses longos anos de trabalho prestados ao SUS. Muitos colegas aproveitou o momento para parabenizá-la, expressando palavras de muita gratidão e amor à Cirilúcia, por ser uma excelente pessoa e profissional. Cirilúcia ficou muito emocionada com todas as palavras ditas e escritas no bate-papo/ chat da reunião. Maria Nadir agradece a participação e empenho de todos para que esta reunião transcorresse com tranquilidade, abrindo a oportunidade para o caso de algum presente queira se pronunciar. Neste momento Marilene também informa que durante a semana não será possível assinar as atas sendo estas disponibilizadas posteriormente. Não havendo mais nada a tratar, Maria Nadir encerra a reunião. A Reunião foi encerrada as 15 h e 46 minutos**, e eu** Giovanna Neves Mourão Lira**, servidora pública estadual, lotado na Superintendência de Gestão e Acompanhamento Estratégico, digitei esta ATA a partir da gravação feita pelo Zoom, subsidiada pela planilha de frequência (em Excel construída no e-mail: regionalizacaodasaude.to@gmail.com) assinada pelos participantes da reunião por meio de link disponibilizado no chat da reunião. Esta ATA será**

assinada pelos representantes da Comissão Intergestores Regional/CIR Sudeste, conforme aprovado na Comissão IntergestoresBipartite e consta na RESOLUÇÃO – CIB/TO Nº. 142, de 20 de agosto de 2020, que Dispõe sobre o Funcionamento das Comissões Intergestores Regionais (CIR) no Estado do Tocantins, no Período da pandemia por COVID-19, no Art. 1º - §3º - As assinaturas de Atas e Consensos serão efetuadas por 06 (seis) representantes CIR eleitos entre os presentes de cada reunião, sendo: 03 (três) representantes municipais (secretários) e 03 (três) representantes estaduais (indicados na portaria estadual de representantes na CIR). Gerciana de Souza Ribeiro Barbosa, Maria Rita da N. S. Leal, Marilene Coutinho Borges, Fabio Ferreira de Oliveira, Deurdia Palmeira do Prado Oliveira, Giovanna Neves Moura Lima, Camila Dias O. Sardinha.